

## Introdução

Estudo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), divulgado no início de 2005, revela que as condições de pobreza e desigualdade social fazem com que 44% da população da América Latina viva em favelas ou na periferia das grandes cidades. No Brasil, onde até a pujança dos pólos agrícolas importa para o meio rural os aglomerados urbanos marcados pelas características intrínsecas às comunidades periféricas, a tradução desse percentual em números representaria nada menos de 80 milhões de pessoas.

A palavra periferia surgiu no Brasil no processo de metropolização do país iniciado nas décadas de sessenta e setenta do século passado. A origem do conceito remonta às duas grandes guerras mundiais. Mas é no apogeu da Guerra Fria que ganha força para dar o *status* de centro aos países de maior poder econômico e militar, enquanto às nações emergentes e subdesenvolvidas caberia a caracterização de periféricas. A definição se tornaria rapidamente ultrapassada com a centralização do desenvolvimento em torno das doze regiões metropolitanas e dos outros grandes aglomerados urbanos brasileiros.

“O modelo centro-periferia não se sustenta mais, nem na escala das relações internacionais, nem na estrutura urbana das cidades. A periferia hoje está no centro e vice-versa”, defende a professora Maria Tereza Luchiari, da Unicamp. “Centro e periferia formam um par dialético que faz parte dos fundamentos da teoria do desenvolvimento econômico. Não dá para pensar em periferia sem pensar em centro”, endossa Manoel Lemes da Silva, professor de planejamento urbano da Faculdade São Marcos, de São Paulo.

É desse caldeirão em que se cozinha a diversidade nacional que têm surgido manifestações estéticas e culturais de forte apelo popular, com visibilidade cada vez maior, formadoras de lideranças e ídolos, mas preocupadas em não perder nem a identidade, nem o rumo do caminho da transformação. O Funk da Periferia, no Rio, os *skinheads*, em São Paulo, o Mangue Beat de Chico Science, em Recife, são os precursores do *hip hop*, da consolidação do *rap* e do ressurgimento do *reggae* como porta-vozes dos anseios da periferia. A eles se juntam outras tantas iniciativas que sequer chegaram a despontar do anonimato e mais um bocado que se forma a cada dia para mobilizar gente ou apenas buscar legitimidade.

O fenômeno está aí para quem quiser ver, ouvir, acompanhar-lhe a coreografia, seguir os passos de exemplos de empreendedorismo bem-sucedido, tentar decifrá-lo e apontar novos rumos. Se não pode ser encarado como movimento, porque lhe falta organicidade ao mesmo tempo em que transborda em pluralismo, também já não pode mais ser relegado a estudos pontuais da academia, ao olhar simplório da mídia ou ao descaso do poder público, que lhe reserva as migalhas dos recursos financeiros e dos investimentos estatais mesmo quando se trata de abrir uma praça ou inaugurar uma lona cultural.

Um dos objetivos do seminário “Estética da Periferia Urbana – Inclusão Cultural e Cidadania”, realizado nos dias 4, 5 e 6 de maio, no Colégio Brasileiro de Altos Estudos, com o patrocínio da Petrobras e a participação na palestra inaugural do cineasta argentino Fernando Solanas, era servir de ponto de partida para um documento com propostas e sugestões de estratégias de ação. Algo que não se restringisse apenas a pôr em debate o universo multifacetado de projetos, redes de ativismo e manifestações culturais que vêm se constituindo e proliferando no contexto da sociedade civil, mas que fosse capaz também de provocar ressonância no âmbito das políticas públicas.

O seminário centrou o foco em três temas principais: “Redes de ativismo e cultura”, “Mídia, ética e estética” e “Cultura, Estado e mercado: uma equação possível?”. Trinta e dois palestrantes se revezaram nos microfones. Representantes de entidades como a Cooperativa das Artesãs e Costureiras da Favela da Rocinha (Coopa Roca) e da Associação das Rádios Comunitárias, integrantes de movimentos como o Afro Reggae e da Cia. Étnica de Dança, professores universitários, jornalistas, intelectuais e atores culturais como a cineasta Rosane Svartman e os *rappers* MV Bill e Nega Gizza, fizeram mais de quinze horas de exposições e debate para um público de cerca de duzentas pessoas.

O seminário serviu para garantir a estes novos agentes de transformação um espaço aberto de reflexão num momento em que o tema da inclusão social começa a ser objeto de discussão do poder público, a ganhar maior atenção da iniciativa privada, a despertar a curiosidade jornalística e a servir de base para pesquisas antropológicas. O encontro fomentou o intercâmbio de idéias e a troca de experiências. Mostrou, ainda, como se escrevem histórias de coerência e sucesso.

O seminário “Estética da Periferia Urbana – Inclusão Cultural e Cidadania” revelou também que um dos pilares de sustentação dessa diversidade cultural ainda em parte indecifrável está no milagre da multiplicação da criatividade e das intenções. Deixou

evidente, por fim, que a convivência com a diferença, a consolidação da solidariedade, o intercâmbio com os setores mais beneficiados da sociedade e a inserção cidadã são trunfos das manifestações estéticas da periferia.

A cada conquista se contrapõe, todavia, à constatação de um novo leque de desafios: da ocupação do mercado de consumo à capacidade de influir em escala no processo de inclusão social; do domínio efetivo dos espaços públicos à consolidação de estruturas que não sejam erigidas em torno de interesses personalistas e hierarquizados; da necessidade de uma afirmação transformadora baseada em estratégias de apoio não assistencialistas à democratização do acesso às fontes de recursos públicos e privados.

A periferia, se se expandiu naturalmente, nem por isso deixa de enfrentar ainda obstáculos que remontam aos tempos em que suas manifestações sócio-culturais eram encaradas apenas como uma válvula de escape à pressão dos marginalizados. Na cidade partida desvendada pelo jornalista e escritor Zuenir Ventura ela pode estar de frente para a fachada do prédio de luxo da Zona Sul – mas também aí continua relegada a uma visibilidade embaçada pela violência e pela exclusão social.

Presas ao estigma que a condena aos guetos da pobreza financeira e intelectual, acuada pelo preconceito, digerida como fenômeno de consumo rápido, misturada à geléia-geral das reivindicações de uma sociedade única na riqueza e múltipla nas carências, a estética da periferia teima, ainda assim, em sair do ostracismo. Se é vítima da falta de nitidez visual e do ruído sonoro, não faz disso desculpa – antes incorpora esses percalços como atributos do novo, do contestador, do transformador. É daí que retira energia para reivindicar mais atenção e também para se reinventar – seja nas redes de ativismo e cultura, seja na disseminação de idéias que mudem a representação negativa que predomina no discurso oficial para não atender as suas demandas há tanto tempo represadas.

## **Redes de Ativismo e Cultura**

As redes de ativismo e cultura constituem o embrião da frente de resistência multifacetada que brota da periferia das grandes cidades. Elas se entranham e espalham em todos os segmentos. Da dança às rádios comunitárias. Do *rap* e do *reggae*, movimentos musicais que se mesclam ao *funk* e ao *hip hop*, aos percussionistas performáticos do Hapax, que à tradição brasileira de bater tambor combinam também resquícios do que sobrevive da arte circense. Da pesquisa musical realizada pelos jovens

da Favela da Maré em parceria com alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apenas um dos programas desenvolvidos no Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), a grupos como a Cia. Étnica de Dança e a Cia. dos Comuns, que se voltam para o universo negro em seus espetáculos e montagens teatrais.

Um século depois de surgir no cenário da sociedade moderna, as redes ainda assim se renovam, multiplicam e traduzem as mudanças de uma sociedade em permanente mutação. São elas que ressuscitam a expectativa de utopia, agora na contramão de perfis autoritários, e se apoderam dos instrumentos acadêmicos para produzir um conhecimento que se contrapõe às formas de pensamento hegemônico que domina corações e mentes das elites intelectuais.

Despidas de viés ideológico e dogmatismos ultrapassados, as redes passaram a ser o canal de difusão da consciência política dos pequenos para os grandes espaços. A retomada da importância do local, da comunidade e do pequeno círculo social como centro do mundo só tem feito se acentuar, quase como uma reação à aldeia global preconizada nos anos setenta por Marshall McLuhan no livro *O meio é a mensagem*. Nesse processo não se constrangeu sequer em se apropriar do que a aldeia foi capaz de produzir, do que havia de mais popular ao mais refinado, para recriar novas formas de manifestações e ganhar amplitude.

Rejuvenescida pelos avanços tecnológicos das últimas décadas, que deram rapidez à articulação entre os atores dos processos sócio-político e amplificaram a voz que não se conforma em ficar engasgada e estanque aos limites da periferia urbana, rede – talvez por acaso ou por ironia – é a mesma palavra que no rastro da contemporaneidade científica define a Internet, um dos mais poderosos instrumentos de comunicação do mundo moderno.

“A rede, embora pareça uma forma contemporânea de organização, é uma atualização do trabalho político desenvolvido desde as primeiras décadas do século XX. Elas já apareciam, por exemplo, no movimento bolchevique que deflagrou a Revolução Russa de 1917”, ensinou o professor de Ciência da Arte da Universidade Federal Fluminense (UFF), Julio César de Tavares, um dos fundadores da Central Única de Favelas (CUFA), organização que surgiu do encontro de jovens de favelas do Rio em torno do *hip hop* e hoje se consolida como uma organização nacional voltada a conscientizar e elevar a auto-estima das camadas marginalizadas por meio de projetos sociais e políticos ou se valendo de manifestações artísticas como a literatura, o teatro, o cinema e a música.

À origem ideológica se contrapõe hoje um certo pragmatismo até em redes em que a linha política é marcante. Ao estudar a formação de lideranças de projetos, a pesquisadora Ilana Strozenberg, professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), percebeu que grande parte deles se constrói a partir de mediadores que atuam como ponte entre universos sociais distintos e hierarquizados. “Mas sem a continuidade da lógica paternalista, que vem sendo reapropriada com outros resultados”, sustentou Ilana. “Já não se trata de reproduzir uma ordem hierárquica, em que cada um permanece no seu lugar, mas de permitir um trânsito de outra ordem. Nesse sentido, não há continuidade e, sim, ruptura entre as atuais redes de ativismo e as antigas células ou partidos das décadas de sessenta e setenta. Se há uma atitude de resistência, trata-se de uma resistência em trânsito, na qual não se parte de um princípio de verdade ou posição única, definida a priori e por alguns.”

“Não se deve constituir redes como quem reinventa a roda. É preciso entender que ela já foi inventada e que a questão é adaptá-la a contextos diversos. Em cada lugar do mundo ela roda de um jeito”, endossa o diretor e ator Hilton Cobra, da Cia. dos Comuns. O grupo teatral vem construindo desde 2001 uma sólida trajetória a partir de espetáculos aplaudidos por serem ao mesmo tempo contundentes e belos, como *A roda do mundo* e *Candaces – A reconstrução do fogo*, na linha inaugurada pelo Teatro Experimental do Negro, de Abdias do Nascimento. Hilton Cobra cita o geógrafo e pensador Milton Santos, para quem a “rede permite implementar uma consciência política que vai dos pequenos para os grandes espaços, disseminando-se do quarto para a rua, da rua para o bairro, daí para a cidade, o país e assim por diante”.

É o caso de uma das mais bem sucedidas experiências de rede do Brasil: a Coopa Roca, cooperativa que desde 1987 reúne artesãs e costureiras da Favela da Rocinha, na Zona Sul do Rio. Ao todo são 150 mulheres que produzem peças de vestuário a partir de retalhos e fios utilizando técnicas artesanais típicas do país como os patchworks, crochês, fuxicos e aplicações de pedras. Depois de se tornar fornecedora de algumas das melhores grifes de Ipanema, a Coopa Roca vem acumulando notoriedade. Além de representar um forte instrumento de transformação social, já teve peças expostas em Londres e desfilou no ano passado sob os holofotes da São Paulo Fashion Week, o maior evento de moda do país.

O Grupo Cultural Afro Reggae também se tornou uma referência na prática sócio-cultural. Criado há quase dez anos na Favela de Vigário Geral, hoje já estende suas múltiplas atividades por cinco comunidades cariocas. A banda Afroreggae fez sua

primeira apresentação solo no palco do Canecão no final do ano passado. Outras vertentes do movimento, como o Criança Legal, a Trupe Levantando a Lona, a Trupe da Saúde, o Afro Samba, o Afro Lata, o Coral dos Idosos da Casa de Santa Ana e o Conexões Urbanas, se juntam à face de maior visibilidade do grupo para promover o resgate do instinto de coletividade.

Os dois casos são apenas exemplos da variedade das redes de ativismo e cultura que se espalham pelo entorno das metrópoles e grandes cidades brasileiras. O conceito de periferia, que já não cabe nos compêndios acadêmicos tradicionais e há muito extrapolou os limites espaciais dos centros urbanos incólume ao pente-fino das instituições que fazem pesquisas econômicas e sociais, endossam a revisão que a transforma em centro de difusão de projetos político-sociais e manifestações culturais, além de ponte para o surgimento de protagonistas que legitimam e dão visibilidade aos anseios dos excluídos.

A *rapper* Nega Gizza é um bom exemplo disso. Irmã de MV Bill, ela nasceu na Favela de Parque Esperança, no subúrbio da cidade do Rio, e foi a primeira e única locutora de uma rádio *rap*. Em 2001, ao conquistar o Hutus, o mais importante prêmio do gênero musical da América Latina, mostrou que as mulheres também têm um espaço a ocupar num mercado dominado predominantemente pelos homens. “A participação numa rede de *rap* mudou não apenas a minha percepção do funcionamento da sociedade como o lugar que passei a ocupar nas relações com o poder a partir do reconhecimento do meu trabalho”, revelou Nega Gizza. “Hoje consigo encontro com o presidente Lula e fazer parceria com o governo federal.”

A necessidade de apoio governamental é um dos dois focos centrais em qualquer debate sobre as manifestações estéticas da periferia urbana. Ao Estado, em suas três esferas, caberia não só o papel de democratizar o acesso aos espaços públicos como atuar efetivamente com agente de incremento das iniciativas comunitárias. “A importância das políticas públicas não se limita ao fato de o Estado ser a maior fonte dos recursos destinados à cultura e aos projetos sociais no país. Cabe a ele o papel de intermediador para que as redes de ativismo e cultura não sejam construídas em torno de interesses particulares e específicos, voltados para o próprio umbigo”, defendeu Tião Santos, coordenador da Associação de Rádios Comunitárias.

O outro ponto crucial das discussões à sobrevivência das redes é a necessidade intrínseca que todas elas têm de conviver com a diferença. No universo das diversidades ilimitadas, a multiplicação é a conta de chegada. O pluralismo seria o contraponto e não o

sinônimo da globalização econômica e cultural. “A rede oferece uma oportunidade de estar entre pares. Ela é importante para estabelecer o diálogo, favorecer a dinâmica e fortalecer o que os indivíduos executam, mas são os indivíduos que fazem os processos”, enfatizou Maria Teresa Leal, da Coopa Roca. O professor universitário Ericson Pires, do Hapax, grupo formado por três percussionistas e um *samplist* que utiliza sucata industrial, resíduos urbanos e tecnológicos em suas apresentações de música eletrônica e já fez da Lapa palco cativo, sintetizou. “Só uma rede que inclui e dá espaço para as diferenças pode ser uma rede viva.”

### **Mídia, ética e estética**

O papel da mídia e a relação entre as manifestações estéticas da periferia urbana e os meios de comunicação social abriram um amplo leque de questões, nem sempre desprovidas de posições apaixonadas, na segunda mesa de debates do seminário. As dificuldades de se harmonizar uma estética radical com compromisso social e a exposição midiática não chega a ser nova, mas passou a merecer enfoques diferenciados com a incorporação das classes D e E ao mercado consumidor.

O parâmetro mais recente de modificação do perfil da mídia brasileira, identificado por publicitários, programadores de rádio e televisão e editores de jornais e revistas, é o Plano Real. Dados da indústria de eletro-eletrônicos apontavam que apenas nos quatro primeiros anos do plano econômico o crédito facilitado provocou um crescimento de 35% no número de lares com aparelhos de televisão no Brasil. A grade de programação das grandes redes de TV sofreria a partir daí as alterações mais profundas em meio século da indústria televisiva no país.

O fenômeno se espalharia para as rádios, que adotaram a chamada programação popular, e depois para os jornais e revistas. Há o triplo de jornais populares hoje no Rio de Janeiro do que há dez anos. O *Extra* e *O Dia* superam em tiragem *O Globo* e *o Jornal do Brasil*. Em São Paulo eles também ganharam força, competitividade e circulação. A pauta das revistas semanais, sempre focadas na classe média, é o último reduto de resistência da imprensa – ainda que sem a solidez de uma década atrás – à avalanche provocada pela incorporação dessa leva de novos consumidores.

Mas nenhum outro setor seria tão invadido pelas manifestações culturais que brotam da periferia urbana como a indústria fonográfica. A rendição foi quase inevitável. Artistas consagrados e estabelecidos mal conseguem vender hoje 100 mil cópias de seus

CDs, enquanto ídolos até então desconhecidos passaram a emplacar os primeiros lugares em vendagem e a dominar as paradas de sucesso. A periferia, assim como a força econômica do interior de São Paulo, revelaria pujança de mercado e passaria a ditar pelo menos algumas regras do jogo.

A ocupação dos espaços midiáticos não chegou a ser irrestritamente democrático. Se foi inequívoco para a música, não incorporou com a mesma intensidade outras expressões culturais. Mesmo limitada, a ascensão das manifestações artísticas da periferia não deixaria de impor novos dilemas. Que ética, por exemplo, deveria prevalecer nas estratégias adotadas em relação à mídia? Qual o comportamento politicamente mais eficaz: a exposição ou a resistência aos veículos de comunicação convencionais?

Quebrar a barreira do estereótipo ainda é um desafio mesmo para grupos como o Nós do Morro, criado há dezoito anos na Favela do Vidigal, na Zona Sul do Rio, com o objetivo de mobilizar os jovens da comunidade a partir da proposta de profissionalização por meio da arte. “Aos poucos se está ganhando projeção cada vez maior na mídia, mas é preciso ter cuidado com o estereótipo da favela e da periferia que ela pode criar ou reforçar”, alertou Luís Paulo Corrêa, um dos idealizadores do projeto. “O objetivo do Nós do Morro não é fazer o jovem fugir ou sair da marginalidade, mas abrir caminhos através da qualidade artística, única forma de disputar espaço no mercado e escapar aos estigmas.”

À conquista de espaço nos meios de comunicação viria se contrapor a concepção de que ela só é possível mediante alguma concessão ou desvio de rota. “O que muitos esquecem é que aquele mesmo grupo ou artista que apareceu na televisão continua no meio do tiroteio, no lugar da luta”, rebateu Écio de Salles, do Afro Reggae, ao lembrar as críticas à participação do grupo e do *rapper* MV Bill no “Domingão do Faustão”, da Rede Globo. “Os que acusam o Afro Reggae de ter se tornado *showbusiness* estão fundamentadas numa idéia de ‘pureza’ que pretende congelar expressões culturais e no preconceito de que a aparição na televisão mutila a lealdade a uma proposta política inovadora. O que se viu do MV Bill e do Afro Reggae foi um discurso sem concessões à Globo. Não se trata de uma esperteza da Globo que engole e anula os discursos que incorpora, mas de uma conquista dos movimentos sociais.”

Se o entusiasmo dos que sentiram o brilho dos refletores está longe de ser consenso mesmo entre os porta-vozes dos movimentos estéticos da periferia urbana, menor ainda é a adesão à idéia de pesquisadores e intelectuais. A academia sempre prefere fincar um pé atrás quando se trata da suposta rendição dos veículos de

comunicação às manifestações sociais. A história recente não deixaria de dar alguma razão àqueles que levantam a tese da absorção de qualquer fenômeno sócio-cultural como mais um sintoma da característica antropofágica brasileira.

“A associação da pobreza à rebeldia confere a ela a condição de grife, o que não deixa de ser mais uma forma de estereótipo, ainda que positivo, ligado ao valor de um estilo”, defendeu Ivana Bentes, professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Todo o cuidado seria pouco – chamou a atenção – com o repentino fascínio da mídia pela periferia. “É fácil passar de um estereótipo para outro”, reforçou Ivana. Apesar da ressalvas, a professora de comunicação da ECO tratou de listar algumas imagens que admite como efetivamente transformadoras: MV Bill tirando um revólver 38 da cintura e dizendo para a platéia: “Eu sou da paz”; a invasão do Rio Sul por um grupo de sem-teto; integrantes da Polícia Militar de Minas Gerais dançando e rebolando ao som do Afro Reggae no show que o grupo fez no Canecão no ano passado. “A mudança, de fato, ocorrerá quando os personagens tiverem o *copyright* sobre suas próprias imagens.”

Centro das atenções, o *rapper* e agora também escritor MV Bill, co-autor de *Cabeça de porco*, escrito em parceria com o empresário de *hip hop* Celso Athayde e com o antropólogo Luís Eduardo Soares, propôs que o dilema não está em recusar ou aceitar a exposição, mas em aproveitar oportunidades para sair da invisibilidade. Aí também manteve o tom contestador e radical das suas músicas. “A ética que deve prevalecer, nas iniciativas culturais de cunho social, é a da agilidade”, disse MV Bill.

A partir da experiência da pesquisa nacional que serviu de base para o livro, o *rapper* passou a pregar que a invisibilidade é o problema maior que atinge a todas as regiões fora do eixo Rio-São Paulo – inclusive no que se refere à violência. “Se tornar visível é importante, mas essa visibilidade deve se dar no contexto do discurso que se deseja propor. Já que me tornei uma figura famosa, passei a ser uma referência, minhas palavras já não me pertencem, mas têm uma repercussão coletiva”, afirmou MV Bill.

É essa repercussão coletiva que o fez ter um cuidado redobrado com o que passou a falar. Se agora tem um bom tratamento de policiais militares que o reconhecem numa *blitz* por causa da aparição na TV, ainda assim não perdeu a percepção de que é uma exceção em relação ao que ocorre com o universo dos negros. Sabe, ainda, que as emissoras de televisão, de um modo geral, possuem um padrão de beleza branco, excludente. Por isso só comparece a programas em que possa expor suas idéias da forma que pretende.

O tom paternalista identificado na mídia, o olhar supostamente estereotipado que os veículos de comunicação lançam sobre as manifestações estéticas da periferia urbana, os riscos inevitáveis da superexposição e a possibilidade de desvios dos movimentos político-sociais depois que ganham alguma notoriedade permeiam as preocupações de todos os agentes envolvidos nesse difícil processo de relacionamento. Se há uma palavra para defini-lo, ela é desconfiança.

“Quando se fala das estratégias de defesa da própria identidade, discutir o papel da mídia é fundamental. Os programas educacionais do MultiRio vêm se utilizando de expressões como o *hip hop* e o *funk* como estratégia de aproximação com os jovens e a proposta do canal é seguir sendo um espaço de troca de experiências e divulgação dos diferentes projetos culturais. Cabe ao poder público criar canais para essa exposição”, defendeu a educadora Regina de Assis, responsável pelas políticas públicas na cidade do canal MultiRio, da Prefeitura do Rio de Janeiro. “A mídia é um produto de classe média, feito pela classe média, para a classe média. Por isso, a comunicação com as camadas populares é complicada. É preciso levar em conta também que se, para uns, é importante sair da invisibilidade, para outros, os jornalistas, o importante é fazer melhor o próprio trabalho”, argumentou Flávia Oliveira, jornalista de economia de *O Globo*.

“Apesar de tudo, no momento, é melhor estar dentro do que fora da mídia. A simples exposição pode ser geradora de outros projetos”, justificou a cineasta Rosane Svartman, que coordena o núcleo de cinema do Nós do Morro, numa referência ao filme *Mina de fé*, da aluna e diretora Luciana Bezerra, que surgiu de uma letra do grupo O Rappa. “Tornar o negro visível na televisão é fazer uma estética radical”, reforçou Écio de Salles, do Afro Reggae. “Só fui ao ‘Domingão do Faustão’ depois que me garantiram quarenta e cinco minutos no ar para falar e não apenas para cantar. Não podia recusar a oportunidade para falar para noventa milhões de brasileiros”, revelou MV Bill. “Não se trata, portanto, de ser contra a mídia, mas de negociar com ela, questionando os espaços que nos são dados tradicionalmente.”

### **Cultura, Estado e mercado: uma equação possível?**

É no vácuo do poder público, burocratizado e ineficiente para atender as demandas das parcelas excluídas da população, que proliferam os movimentos político-sociais que vão dar vazão às manifestações estéticas da periferia urbana. Ao mesmo

tempo essencial e omissos para reverter os processos de exclusão e promover a inserção social, o aparelho estatal – seja ele municipal, estadual ou federal – é protagonista de um enredo fadado ou a reduzir ou a ampliar as diferenças econômicas e culturais de um país já dividido pelas desigualdades. Nesse cenário em que a sociedade civil se organiza de forma autônoma por intermédio de associações, cooperativas, grupos de interesse e organizações não-governamentais, o papel do Estado é intransferível, mas quase nunca imune a críticas.

Até que ponto ele pode intervir positivamente no campo da cultura é uma incógnita. De que forma pode incrementar a inserção estratégica das novas expressões artísticas no mercado também é uma questão que só encontra respostas caso a caso. É quase consenso que sem a sua intermediação a produção cultural comprometida com a transformação social tem poucas chances de sucesso – à exceção da música, talvez. Mas também é inegável que sem exercitar sua capacidade plena de regulador, despido de qualquer ranço dirigista, a tendência é que apenas sirva de agente de fomento de mais disparidades.

A contradição, pautada por todos estes dilemas igualmente contraditórios, deu o tom às manifestações dos palestrantes reunidos na última mesa do seminário “Estética da Periferia Urbana – Inclusão Cultural e Cidadania” no Colégio Brasileiro de Altos Estudos. Para uns, se o que se busca é a transformação social e cultural do país, pouco pode ser feito sem o efetivo envolvimento do Estado. Mas não faltaram vozes para defender que, a depender dele, nada há de mudar no cenário das desvalias nacionais.

“É inegável a importância das redes de ativismo e dos projetos de inclusão social, mas há necessidade de investimentos mais amplos e universais que assegurem a implementação da cidadania de forma efetiva. Essa é uma função que o Estado não tem como delegar”, argumentou, numa das linhas de pensamento, Maria Lucia Werneck, professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“A transformação social não pode acontecer pela via da cultura, só pela via da política, mas no Brasil os discursos sobre cultura não discutem nem o país nem a política”, rebateu, na outra ponta, a jornalista Marta Porto, diretora do (X) Brasil, escritório de comunicação especializado em causas públicas. “Nenhum setor foi capaz de gerar mecanismos de concentração tão grandes nos últimos anos quanto o cultural. O Ministério da Cultura, criado em 1985, representa apenas um setor específico da classe

artística. Neste contexto, o Estado, que deveria ser promotor de igualdade, é promotor de diferenças.”

O aparente paradoxo entre as duas opiniões joga mais luzes do que ofusca o debate em torno do papel do Estado. Não é preciso nem ir tão longe para se chegar a exemplos que demonstram como a ação do poder público afeta a cultura em geral e as manifestações estéticas da periferia em particular. “Se a definição do que é cultura se dá numa relação de poder, é preciso, antes de tudo, indagar quem define os critérios que orientam as políticas públicas em relação à cultura”, propugnou Jailson de Souza e Silva, professor de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador do Centro de Ações Solidárias da Maré (CEASM) e do Observatório das Favelas do Rio de Janeiro, um projeto que busca mudar a representação negativa da favela predominante no discurso da mídia, o que tem contribuído não apenas para que as pessoas não possam assumir o que são, mas também para orientar as políticas públicas.

A proibição dos bailes *funk*, na opinião do professor, se insere nesse contexto de distorções das ações governamentais. “Os bailes *funk* haviam criado um mercado para os jovens e aberto a eles possibilidades de inserção na sociedade, mas a proibição acabou por entregá-los nas mãos do tráfico.” Não foi o único caso. A criação das lonas culturais seria outro exemplo de critérios desvinculados de realidades locais. “Na Complexo da Maré foi instalada uma lona cultural na fronteira entre dois comandos do tráfico. Resultado: nem a comunidade que está de um lado, nem a que está do outro, pode usufruir dela”, revelou Jailson. “Pior: em detrimento das zonas periféricas carentes de equipamentos culturais, a Prefeitura do Rio de Janeiro faz grandes investimentos na Cidade da Música, na Barra da Tijuca.”

Foi mais ou menos isso que empurrou a Cia. do Teatro do Anônimo para um estilo “capoeira” de sobrevivência. Há dezoito anos dedicado ao teatro popular na periferia, para dar vazão à demanda de expressão e reconhecimento de grupos sociais que não se viam na televisão, o grupo encontrou uma saída na informalidade. Até hoje os atores não possuem carteira de trabalho, mas têm conseguido produzir espetáculos e mostrar sua arte em festivais ou em espetáculos encomendados pelo SESC numa relação de varejo. “Isso só é possível com ginga e jogo de cintura”, definiu o ator e diretor João Carlos Artigos.

“A relação com o Estado é perversa. Ele não regula o mercado nem cria mecanismos que democratizem a distribuição de recursos. A única forma de auxílio são as leis de incentivo fiscal, que servem a poucos.” É o que faz com que os integrantes da

Cia. do Teatro do Anônimo não tenham qualquer segurança ou estabilidade. Quando acaba a verba de patrocínio é preciso recomeçar tudo novamente. A estrutura construída no período de financiamento é reduzida ou desmontada. Para escapar a essa situação o grupo testa agora uma experiência de ação coletiva – a Cooperativa de Artistas Autônomos – em busca da auto-sustentabilidade.

A auto-sustentabilidade não chega a ser uma alternativa encarada como viável pela maioria dos envolvidos nas redes de ativismo social e movimentos de manifestação da estética da periferia. Até nos países da Europa a subvenção do Estado é indispensável para muitas expressões artísticas. No Brasil, mesmo a produção cultural inserida no sistema capitalista e no processo industrial, como o cinema, não prescinde do apoio público e das leis de incentivo. Que mais de oitenta por cento dos recursos liberados por intermédio de isenções fiscais sejam reservadas ao eixo Rio-São Paulo é mais uma das contradições para o governo federal resolver.

“O discurso dito de esquerda, na área da cultura, não parece se comover com uma concentração da renda de financiamento no eixo Rio-São Paulo. Quando o Instituto Itaú Cultural de São Paulo se beneficia da Lei Rouanet e há setores da periferia sem recursos, não valem as boas intenções”, atacou Marta Porto, da (X) Brasil. “Até a discussão sobre se os projetos devem ou não entrar no mercado é uma falsa polêmica porque o mercado também é dependente do Estado. Não há, portanto, como falar de sustentabilidade nesse contexto.”

“A forma de o Estado ajudar seria a capacitação de seus quadros para gerir políticas culturais e com sensibilidade para perceber e apoiar o fortalecimento das diversas expressões e vozes comunitárias”, apontou Carmen Luz, fundadora e diretora da Cia. Étnica de Dança, depois de desfiar uma lista de problemas na relação com o poder público. “No momento em que a sociedade está se organizando de forma bem sucedida, o papel do Estado é fundamental. Um Estado que seja parceiro das conquistas, sem ‘colocar chapa branca’ nos projetos e iniciativas e esvaziá-los de suas potencialidades.”

O temor ainda que implícito do dirigismo estatal, ressuscitado pelo anteprojeto que transformaria a Agência Nacional de Cinema (Ancine) em Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), não encontrou eco na representante do governo no seminário “Estética da Periferia Urbana – Inclusão Cultural e Cidadania”. “A posição do Estado em relação à cultura não é a de diretor e sim de fomentador de projetos”, disse a ouvidora do Ministério da Cultura, Ana Lúcia Pardo, que apontou entre as iniciativas do MinC a descentralização de apoio aos pólos de produção cultural e não deixou os críticos da ação

estatal sem resposta. “Poucas são as propostas que chegam ao Ministério da Cultura, mas quando se tenta debater mudanças na legislação tudo o que se ouve são queixas e reclamações, freqüentemente localizadas, e praticamente nenhuma sugestão propositiva e de alcance coletivo.”

Eliane Costa, gerente de Patrocínio da Petrobras, a empresa que mais investe em programas culturais e sociais no país, reconheceu que há uma concentração na liberação de recursos para Rio e São Paulo, mas que é preciso considerar que há uma equivalência no volume de projetos encaminhados à companhia de petróleo a partir dos dois estados. “A Petrobras vem desde 2000 buscando abrir seu programa de patrocínio por meio de processos de seleção pública de projetos abertos a todos. A escolha daqueles que deverão ser apoiados é feita a partir de critérios de interesse público e sem o objetivo prioritário de retorno de imagem. Há, certamente, uma concentração, mas ela tem origens antigas e mais profundas. A postura da Petrobras agora é de abertura”, disse Eliane Costa. “A Petrobras tem uma política de apoio à cultura alinhada com a política do governo federal que entende a responsabilidade social como um caminho para o desenvolvimento.”

A maior contribuição do Estado à inserção das manifestações estéticas da periferia no mercado é também a equação mais difícil de ser resolvida: a construção de um projeto brasileiro de cidadania. Trata-se de uma conquista que as teorias de ciências políticas e sociais definem como a medida de igualdade que se coloca sobre uma sociedade composta por indivíduos desiguais. No rastro dos movimentos sociais surgidos nos últimos anos para reduzir as diferenças acumuladas em cinco séculos e acentuadas com o crescimento desenfreado das grandes cidades, ganhou contemporaneidade quase que simultânea à palavra inclusão. Entre uma e outra, porém, há mais do que diferenças semânticas.

“Cidadania tem caráter universal, enquanto que projeto de inclusão é a curto prazo e localizado”, deixou claro Maria Lúcia Werneck, professora da Faculdade de Economia da UFRJ. “A cidadania se realiza através de um conjunto de direitos que foram se acumulando ao longo dos dois últimos séculos, a partir do século XVIII, em diversos planos: econômico, político e social. No caso do Brasil, ela está longe de ser uma realidade. O processo de construção da cidadania é a função primeira do Estado, que é responsável por promover o sentimento de unidade nacional e domesticar as contradições entre heterogeneidade e homogeneidade e entre diversidade e igualdade. Considerando-

se a heterogeneidade da formação social brasileira é até espantoso que anda existam eixos de solidariedade no Brasil.”

Se é mais espinhoso e longo do que parece o caminho a ser percorrido pelas redes de ativismo e cultura e as manifestações estéticas da periferia urbana rumo à inclusão e à cidadania, nem assim elas parecem dar sinais de desesperança. Pelo contrário. De conquista em conquista, vêm se fortalecendo e trazendo a reboque a conscientização mobilizadora que faz com que se proliferem. Muitas já tiraram crianças, jovens, adultos e idosos da letargia. Outras tantas mal começaram a engatinhar e já passaram a dar um novo sentido à vida de muita gente. Algumas já garantiram visibilidade a quem parecia condenado a invisibilidade. Até onde vão é algo que por enquanto tem apenas uma resposta: a urgência de novos fóruns de debates e troca de idéias e experiências como o seminário realizado no Colégio Brasileiro de Altos Estudos.

## **Conclusão**

Para um encontro que não tinha a pretensão de esgotar o tema, mas de pô-lo na ordem do dia do debate em torno da inclusão social e das políticas públicas de contenção das desigualdades sócio-culturais, o seminário “Estética da Periferia Urbana – Inclusão Cultural e Cidadania” serviu para apontar alguns rumos ao mesmo tempo em que expôs a urgência de se aprofundar pontos de discussão sobre o assunto.

Ao reconhecimento de que houve conquistas no que tange a visibilidade de grupos e individualidades que simbolizam a legitimação das manifestações estéticas da periferia – quer ela se apresente por meio do sentido histórico da palavra, vinculado à posição espacial que se espelha nos grande aglomerados urbanos em torno de São Paulo, quer na concepção mais contemporânea, que agrega o conceito social e a transporta para a favela incrustada na Zona Sul do Rio – contrapôs-se à polêmica em torno do real significado dessa visibilidade.

Ganha força, nesse sentido, a defesa da construção de uma imagem da periferia pela própria periferia. A favela vista de dentro da favela, como é feito pelo Olhares do Morro, que reúne jovens não só apaixonados pela fotografia mas também preocupados em retratar o universo em que vivem sem o foco embaçado com que ele costuma ser espelhado na meios de comunicação. A possibilidade de intervir na construção de uma imagem própria, de preferência de forma autônoma, é um anseio que extrapola os limites

das lentes dos jovens do Vidigal, da Rocinha, do Morro Santa Marta e de comunidades da Zona Norte que participam do projeto.

Se há um pólo de consenso entre os representantes das redes de ativismo social e dos movimentos de manifestação cultural, nenhum deles se destaca mais do que a importância de valorização da diversidade de expressões. Em vez de se buscar uma estética da periferia ou da favela, é mais importante que se abram cada vez mais os espaços para a produção de um leque estético o mais amplo possível no contexto dos morros e de outras comunidades consideradas socialmente periféricas.

Da concepção de que é do pluralismo de pensamento e da multiplicidade de expressões culturais que se robustecem os movimentos sócio-culturais surgiu uma das propostas concretas apresentadas no seminário: o desenvolvimento de projetos de centros de referência de informação na Internet que facilitem a constituição de redes de ativismo na área cultural. A partir daí se poderia expandir a experiência para centros de referência crítica e de produção acadêmica. A idéia embute a percepção de que a troca permanente de experiências e conhecimento é essencial às redes de ativismo e cultura, algo que permeou praticamente todas as intervenções do encontro.

A mesma filosofia é explicitada na intenção manifestada por boa parte dos integrantes da mesa e da platéia de que encontros como o realizado no Colégio Brasileiro de Altos Estudos se transformem em pauta permanente das entidades preocupadas em debater os movimentos de manifestações estéticas da periferia. Reuniões mais pontuais, em forma de *workshops*, serviriam para que os representantes de projetos de mobilização social pudessem discutir abertamente os pontos de convergência e divergência na busca de estratégias comuns e complementares que evitem a superposição e o desperdício de esforços.

A relação entre o Estado e o Terceiro Setor, tema que implica em divergências até no interior dos movimentos de manifestações estéticas da periferia, é questão que também pede discussões mais abrangentes e aprofundadas. A dificuldade de se conseguir uma simbiose entre a liberdade de expressão e o papel regulador do Estado no campo da cultura parece correr o risco de embicar para um caminho sem volta se não houver, além de boa-vontade de parte a parte, conversações intensivas.

Se ela passa pela redefinição do modelo de participação dos representantes das classes artísticas, como apontou a ouvidora do Ministério da Cultura, Ana Lúcia Pardo, também não exige o Estado do papel fundamental que lhe cabe por obrigação de promotor da igualdade entre desiguais, como apontou a professora Maria Lúcia Werneck,

passo essencial à conquista da cidadania, mas também, em âmbito um pouco inferior mas nem por isso menos relevante, de definidor das políticas públicas e de fomentador da cultura.

Novos encontros serviriam, talvez, para esclarecer um dos nós revelados no seminário “Estética da Periferia Urbana – Inclusão Cultural e Cidadania”: o da relação entre projeto social e projeto cultural. Mais: até que ponto eles têm potencial de promover ou influir na transformação social e política. Não deixa de ser um tema instigante num país com dilemas do tamanho do Brasil e permanentemente desafiador para uma área que sempre se respaldou no seu papel transformador.

## **Frases**

“Não se deve constituir redes como quem reinventa a roda. É preciso entender que ela já foi inventada e que a questão é adaptá-la a contextos diversos. Em cada lugar do mundo ela roda de um jeito”

**Hilton Cobra, diretor da Cia. dos Comuns**

“A participação numa rede de *rap* mudou não apenas a minha percepção do funcionamento da sociedade como o lugar que passei a ocupar nas relações com o poder a partir do reconhecimento do meu trabalho”

**Nega Gizza, rapper**

“Só uma rede que inclui e dá espaço para as diferenças pode ser uma rede viva”

**Ericson Pires, do Grupo Hapax**

“Não há continuidade e, sim, ruptura entre as atuais redes de ativismo e as antigas células ou partidos das décadas de sessenta e setenta”

**Ilana Strozenberg, professora da ECO da UFRJ**

“Ao Estado cabe o papel de intermediador para que as redes de ativismo e cultura não sejam construídas em torno de interesses particulares”

**Tião Santos, da Associação de Rádios Comunitárias**

“A rede oferece uma oportunidade de estar entre pares, mas são os indivíduos que fazem os processos”

**Maria Teresa Leal, da Coopa Roca**

“A associação da pobreza à rebeldia confere a ela a condição de grife, o que não deixa de ser mais um estereótipo, ainda que positivo, ligado ao valor de um estilo”

**Ivana Bentes, professora da ECO da UFRJ**

“Apesar de tudo, no momento, é melhor estar dentro do que fora da mídia”

**Rosane Svartman, do Nós do Morro**

“Aos poucos se está ganhando projeção cada vez maior na mídia, mas é preciso ter cuidado com o estereótipo da favela e da periferia que ela pode criar ou reforçar”

**Luís Paulo Corrêa, do Nós do Morro**

“Se tornar visível é importante, mas essa visibilidade deve se dar no contexto do discurso que se deseja propor”

**MV Bill, rapper**

“Tornar o negro visível na televisão é fazer uma estética radical”

**Écio de Salles, do Afro Reggae**

“Não se trata de ser contra a mídia, mas de negociar com ela, questionando os espaços que nos são dados tradicionalmente”

**MV Bill, rapper**

“É inegável a importância das redes de ativismo e dos projetos de inclusão social, mas há necessidade de investimentos mais amplos e universais que assegurem a implementação da cidadania de forma efetiva. Essa é uma função que o Estado não tem como delegar”

**Maria Lucia Werneck, professora da UFRJ**

“A transformação social não pode acontecer pela via da cultura, só pela via da política, mas no Brasil os discursos sobre cultura não discutem nem o país nem a política”

**Marta Porto, diretora do (X) Brasil**

“Se a definição do que é cultura se dá numa relação de poder, é preciso, antes de tudo, indagar quem define os critérios que orientam as políticas públicas em relação à cultura”

**Jailson de Souza e Silva, professor da UFF**

“A relação com o Estado é perversa. Ele não regula o mercado nem cria mecanismos que democratizem a distribuição de recursos. A única forma de auxílio são as leis de incentivo fiscal, que servem a poucos”

**João Carlos Artigos, da Cia. do Teatro do Anônimo**

“No momento em que a sociedade está se organizando de forma bem sucedida, o papel do Estado é fundamental. Um Estado que seja parceiro das conquistas, sem ‘colocar chapa branca’ nos projetos e iniciativas e esvaziá-los de suas potencialidades”

**Carmen Luz, da Cia. Étnica de Dança**

“Poucas são as propostas que chegam ao MinC, mas quando se tenta debater mudanças na lei tudo o que se ouve são queixas e reclamações, freqüentemente localizadas, e praticamente nenhuma sugestão propositiva e de alcance coletivo”

**Ana Lucia Pardo, ouvidora do Ministério da Cultura**

“A Petrobras tem uma política de apoio à cultura alinhada com a política do governo federal que entende a responsabilidade social como um caminho para o desenvolvimento”

**Eliane Costa, gerente de Patrocínio da Petrobras**